



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

Hierarquia Urbana e Desenvolvimento Social: Um estudo do ISDM no Alto Oeste Potiguar

Autores:

Boanerges de Freitas Barreto Filho - UERN - boanerges.sms@hotmail.com

Francisco do Ó de Lima Júnior - URCA - limajunioreconomia@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste trabalho é analisar os municípios integrantes da região do Alto Oeste Potiguar, considerando as posições na rede urbana e o Índice Social de Desenvolvimento Municipal (ISDM). A posição na rede urbana reflete o dinamismo (ou não) dos municípios da região através das inter-relações que apresentam e o ISDM informa sobre as condições existentes em cada um dos 37 municípios que compõem a região. O ISDM regional médio de 3,96, com as dimensões apresentando médias regionais menores que cinco, sendo a dimensão da Educação com a menor média regional (3,32) não apontaram avanços significativos, embora alguns índices em poucos municípios integrantes da região do Alto Oeste tenham apresentado desempenho satisfatório no período. As cidades receptoras de investimentos privados e que concentram órgãos públicos exercem influência sobre o entorno (hierarquia), funcionando como polos na rede a partir da oferta de serviços públicos e pela concentração de empresas, atividades comerciais e serviços privados, mas também podem manter relações de complementaridade com o entorno, especialmente nas circunstâncias em que não é viável economicamente a estruturação de atividades públicas e privadas para atendimento de exígua população.

HIERARQUIA URBANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Um estudo do ISDM no Alto Oeste Potiguar

INTRODUÇÃO

A centralidade das cidades na sociedade capitalista é inegável. A cidade é o *locus* privilegiado em que as forças capitalistas se manifestam da forma mais vigorosa, pois viabilizou e continua expandindo os horizontes dos mercados. À medida que a acumulação de capital se intensifica novas estruturas geográficas são forjadas e modifica incessantemente as relações espaciais. É a expansão do capitalismo em busca de espaços mais lucrativos que viabiliza a ocorrência de novas organizações espaciais, conseqüentemente, a expansão e o dinamismo de um espaço geográfico qualquer se materializam, tornam-se visíveis, nas cidades (HARVEY, 2006).

As cidades são facilitadoras do acesso aos serviços e mercadorias e representam uma miríade de possibilidades que atraíram bilhões de moradores e desde a revolução industrial o grau de urbanização continua aumentando em praticamente todo o planeta. A hierarquia é bem conhecida e o ritmo é ditado a partir do Centro mais dinâmico do capitalismo através da integração de áreas que oferecem perspectivas lucrativas, resultando em novas dinâmicas para os espaços eleitos, bem como, reafirmando o controle sobre áreas homogêneas pela consolidação do mercado e também mantendo outros tantos espaços quase que excluídos do processo econômico por não apresentarem nada de significativo para exploração.

A compreensão dos papéis das cidades nas sociedades capitalistas são enriquecidos quando se faz a análise a partir de índices que ilustram as condições em que as populações vivem nos referidos espaços. A autonomia aparente permite a criação e/ou potencialização de instrumentos para a atração e consolidação de investimentos e com isso alterar o *status* das cidades que conseguem engendrar as alternativas mais eficientes. Reconhecendo-se a dinâmica e a heterogeneidade brasileira algumas pesquisas foram realizadas através da aglutinação de índices que mensuram a qualidade de vida com as classes das cidades da Rede Urbana. Batella e Diniz (2006) compararam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) das diversas cidades de Minas Gerais na Rede Urbana mineira e concluíram que categorias intermediárias de cidades apresentaram IDH-M superior.

O objetivo deste trabalho é analisar os municípios integrantes da região do Alto Oeste Potiguar, considerando as posições na rede urbana e o Índice Social de Desenvolvimento Municipal (ISDM). A posição na rede urbana¹ reflete o dinamismo (ou não) dos municípios da região através das inter-relações que apresentam e o ISDM informa sobre as condições existentes em cada um dos 37 municípios que a compõem.

Para a concretização deste estudo tomou-se por base a hierarquia urbana do mais recente estudo do IBGE sobre cidades, 'Região de Influência das Cidades (REGIC)', bem como, realizou-se um levantamento bibliográfico e em documentos e bancos de dados do meio virtual, especialmente, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A região do Alto Oeste Potiguar foi ocupada pelos colonizadores portugueses através da implantação de fazendas para criação de gado, bem como constituindo povoados como Portalegre, Pau dos Ferros, São Miguel e Patu. A vocação para a pecuária e a produção agrícola se apresentou desde o início, afirmando-se através da produção de algodão até a década de 1980. As características rurais da região, população majoritária residindo na zona rural até o final do século XX, não impediu que alguns municípios apresentassem maior dinamismo associado à zona urbana. Os centros regionais de Pau dos Ferros, São Miguel, Alexandria, Umarizal e Patu apresentaram maior crescimento do setor terciário e exercem graus diferenciados de influência nos municípios de seus entornos e até extrarregional (caso de Pau dos Ferros²).

A compreensão dos papéis que as cidades desempenham cresceu significativamente e cada vez mais pesquisadores se interessam pela temática e a principal intenção deste estudo é contribuir para o entendimento das dinâmicas e relacionamentos existentes entre os pequenos municípios do sertão potiguar, bem como apontar a condição de desenvolvimento social em cada um dos municípios da região e, conseqüentemente, aprofundar a discussão acerca do Planejamento Urbano e Regional.

Além da introdução, o trabalho foi dividido em quatro seções e as considerações finais. A primeira seção apresenta, sucintamente, a temática da "Hierarquia Urbana", com ênfase no estudo das "Regiões de Influência das Cidades" (2008). A seção seguinte apresenta o quadro sintético do Índice Social de Desenvolvimento Municipal (ISDM). Em seguida, apresenta-se a formação socioeconômica da região do Alto Oeste Potiguar e alguns dados referentes à demografia e economia regional. Em seguida, discute-se a dinâmica e relacionamentos existentes entre os municípios, considerando a hierarquia urbana existente que apresenta o

¹ O Rio Grande do Norte tem seu espaço compartilhado pelas redes urbanas de Fortaleza/CE (3ª maior do país em população) e Recife/PE (4ª maior do país em população) (IBGE, 2008).

² Clementino e Dantas (2014) afirmam que Pau dos Ferros tem assumido as funções de uma cidade (inter)média devido a oferta diversificada de atividades terciárias como comércio, transportes, armazenagem, habitação, cultura e finanças, bem como serviços de saúde e de educação.

município de Pau dos Ferros como o centro mais dinâmico da região. Por fim, têm-se as considerações finais.

HIERARQUIA URBANA

O IBGE realiza estudos periódicos sobre o papel desempenhado pelas cidades na chamada rede urbana, demonstrando as posições que ocupam na hierarquia dos centros urbanos e a influência que exercem nos entornos. São diversos os propósitos para a realização das pesquisas, mas o objetivo central é a produção de dados e informações confiáveis para servirem de suporte ao planejamento estatal e assegurar maiores eficiência e eficácia na alocação dos recursos escassos, bem como, melhor distribuição dos serviços e equipamentos públicos (IBGE, 2008).

A geração de dados e informações permite o conhecimento das relações sociais e das diversas dinâmicas territoriais que vão se estabelecendo e consolidando em consonância com a movimentação dos capitais bem como evidencia as mudanças nos papéis de algumas cidades que ganham status, ascendendo hierarquicamente a partir da criação ou intensificação de relações ao longo da rede e demonstra as permanências e heterogeneidades do processo de configuração e reconfiguração das cidades e regiões.

A hierarquia urbana no Rio Grande do Norte é marcada pela força da capital Natal. A preponderância da capital é demonstrada no estudo “Regiões de Influência das Cidades” (2008) em que todos os demais 166 municípios potiguares são influenciados em maior ou menor grau. A vinculação mais evidente é a subordinação administrativa, tendo em vista que a sede do governo estadual é a capital, mas a concentração populacional e econômica ilustra o poder exercido pela capital (IBGE, 2008).

Quadro 01 – Hierarquia dos centros urbanos no Rio Grande do Norte

Tipologia	Caracterização	Ocorrência no RN
Capital regional A	Têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios; Constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos.	Natal
Capital regional C	Têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios; Constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.	Mossoró
Centros sub-regionais A	Têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais; Constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos.	Caicó e Pau dos Ferros
Centros sub-	Têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais; Constituído por 79	Currais Novos e Assú

regionais B	idades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.	
Centros de zona A	Com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares; 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos.	João Câmara e Macau
Centros de zona B	Com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares; 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.	Canguaretama, Passa e Fica, Santa Cruz, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, Parelhas, São Bento, Alexandria, São Miguel, Apodi, Patu, Umarizal
Centros locais	As demais 4 473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).	157

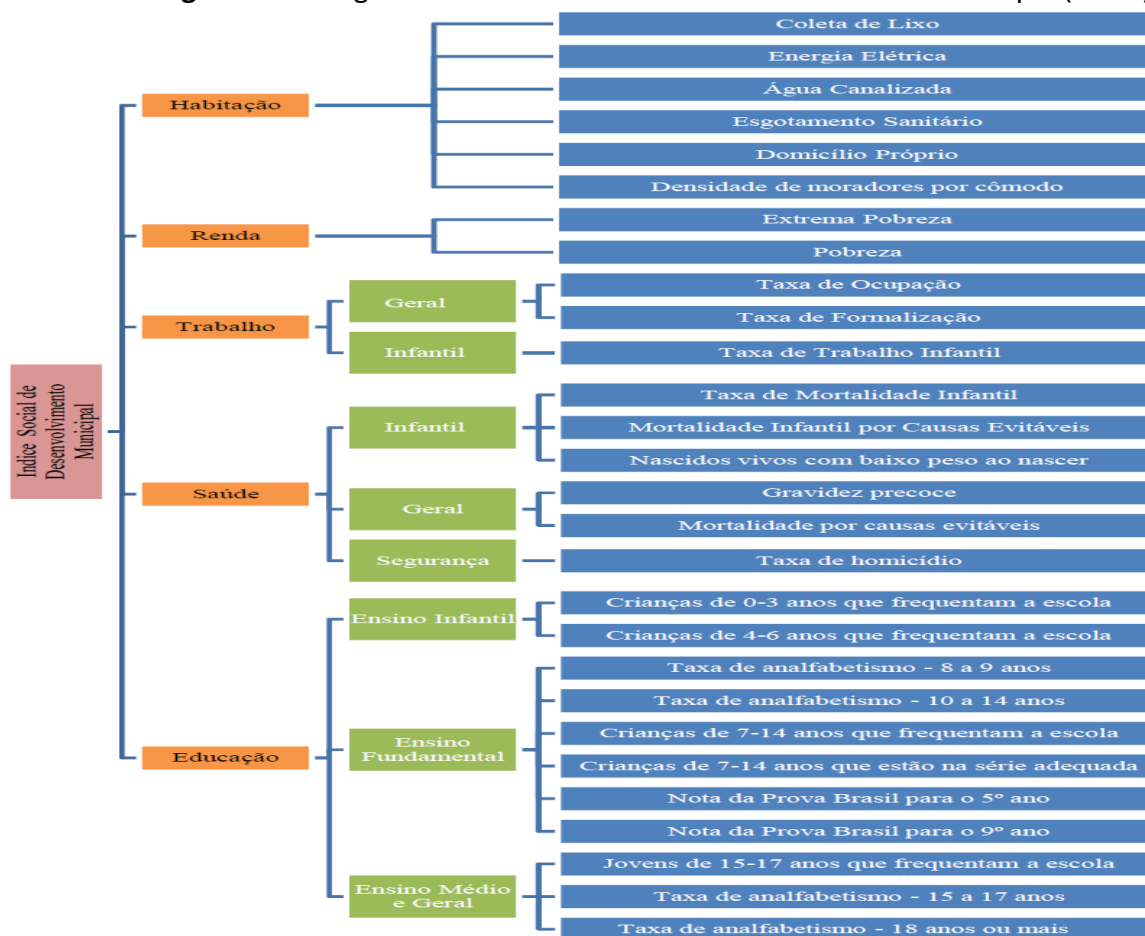
Fonte: IBGE (2008). Elaboração BARRETO FILHO.

As informações apresentadas acima (**Quadro 01**) não se referem à tipologia completa do IBGE, mas apenas as categorias existentes nas redes urbanas que o RN integra (Fortaleza/CE e Recife/PE).

ÍNDICE SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (ISDM)

O Índice Social de Desenvolvimento Municipal (ISDM) leva em consideração cinco eixos principais: Habitação, Renda, Trabalho, Saúde e Segurança e Educação e tem como objetivo sintetizar em um único indicador vários aspectos referentes ao desenvolvimento de um município. O ISDM é construído de maneira a indicar que quanto maior o seu valor, maior o nível de desenvolvimento do município. Ele é obtido como uma média simples dos indicadores de cada dimensão, que são estabelecidos numa escala de 0 a 10, sendo que o ISDM também varia nessa escala (SOUZA, 2012).

Figura 01 – Diagrama do Índice Social de Desenvolvimento Municipal (ISDM)



Fonte: SOUZA (2012).

O Diagrama acima (**Figura 01**) apresenta as dimensões e o conjunto de indicadores básicos. A dimensão Habitação tem seis indicadores, Renda tem dois, Trabalho possui três indicadores, Saúde e Segurança tem seis indicadores, e Educação, por sua vez, possui 11 indicadores (FGV, 2012).

O ALTO OESTE POTIGUAR

A formação socioeconômica de boa parte dos municípios potiguares³ remonta ao domínio dos sertões pelo conquistador, preponderantemente margeando os principais cursos de água existentes. Os sesmeiros conseguiram as doações das terras em função da aproximação que tinham com os representantes da Corte portuguesa e o impulso para a ocupação foi proveniente da expansão da criação de gado nas regiões já dominadas pelos colonizadores. Ao requisitarem a doação das terras já informavam o propósito de utilizá-las

³ Os caminhos do gado, em especial, os locais escolhidos para instalação das sedes das fazendas, bem como, os locais utilizados para o pousio do gado deram origem a boa parte dos municípios do Rio Grande do Norte (CLEMENTINO, 1995).

na criação de gado, permitindo-lhes o domínio do território e a articulação estratégica com a atividade canavieira no litoral (IBGE, 2013).

A dinâmica territorial inicialmente estabelecida obedeceu ao duplo comando: condições edafoclimáticas e a lógica de acumulação mercantil, dada pela articulação existente entre a atividade açucareira (litoral) e criatória (sertão), posteriormente, o ciclo do algodão⁴ representou um novo alento para a dinâmica territorial através da geração de excedentes⁵ que, de certa forma, transformaram a economia ao induzir a industrialização ainda que incipiente e arcaica, uma vez que a cotonicultura foi responsável pela instalação de empreendimentos industriais em todas as regiões do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, pelo florescimento de atividades comerciais e demais serviços.

A estrutura econômica regional que emergiu fundada na cultura do algodão se tornou preponderante durante o século XIX e só perdeu espaço com as dificuldades enfrentadas pelo setor, em decorrência do acirramento da concorrência, defasagem tecnológica e descapitalização e em virtude da praga do bicudo que determinou a drástica redução da produtividade e a conseqüente inviabilidade econômica de seu plantio.

A derrocada da economia algodoeira e a afirmação da crise fiscal que perdurou por quase duas décadas resultaram na fragilização da economia regional. A sobreposição do desmonte da economia algodoeira e a incapacidade de intervenção do Estado intensificaram os graves problemas sociais existentes.

Após a década de 1970, a economia do Rio Grande do Norte, caracterizou-se, grosso modo, pela existência de certas áreas e setores considerados modernos e competitivos, mais precisamente, aqueles setores e áreas “eleitas” pelos governos como merecedores de incentivos e, na sua grande maioria, com atividades produtivas em franca decadência (setor agropecuário⁶), outras incipientes (setor industrial) e uma hipertrofia do setor de serviços (dependente substancialmente de transferências de recursos públicos).

⁴ Embora o cultivo do algodão tenha ocorrido desde a implantação das primeiras fazendas no Sertão, tem-se que a dinâmica inerente a cultura assume contornos relevantes a partir de eventos marcantes do século XVIII, como a Guerra de Independência dos EUA, a Guerra de Secessão (guerra civil nos EUA) e a Revolução Industrial e a complexidade da temática exige tratamento adequado, inclusive por se prolongar até o último quartel do século XX.

⁵ No documento “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” a escassez relativa do fator terra (reflexo da concentração fundiária) e menor acumulação de capitais foram consideradas as causas básicas do baixo nível de renda (baixa monetização do sistema) do Nordeste (Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, por Celso Furtado).

⁶ Excetuando-se mais uma vez os empreendimentos “modernos” que foram implantados a partir de pesados investimentos em infraestrutura e incentivados pelos governos.

Os alentos que ocorreram no período foram à promulgação da Constituição Federal em 1988 e os efeitos iniciais redistributivos que ocorreram em favor das esferas subnacionais e o controle da hiperinflação que se deu a partir do estabelecimento do Plano Real.

Quadro 02 – Produto Interno Bruto – Rio Grande Do Norte – 2008

PIB a preços de mercado (R\$ milhão)	25.481	100%
Agropecuária	1.274,05	5%
Indústria	6.370,25	25%
Serviços	17.836,70	70%
Produto Interno Bruto per capita	(R\$) 8.203,00	-

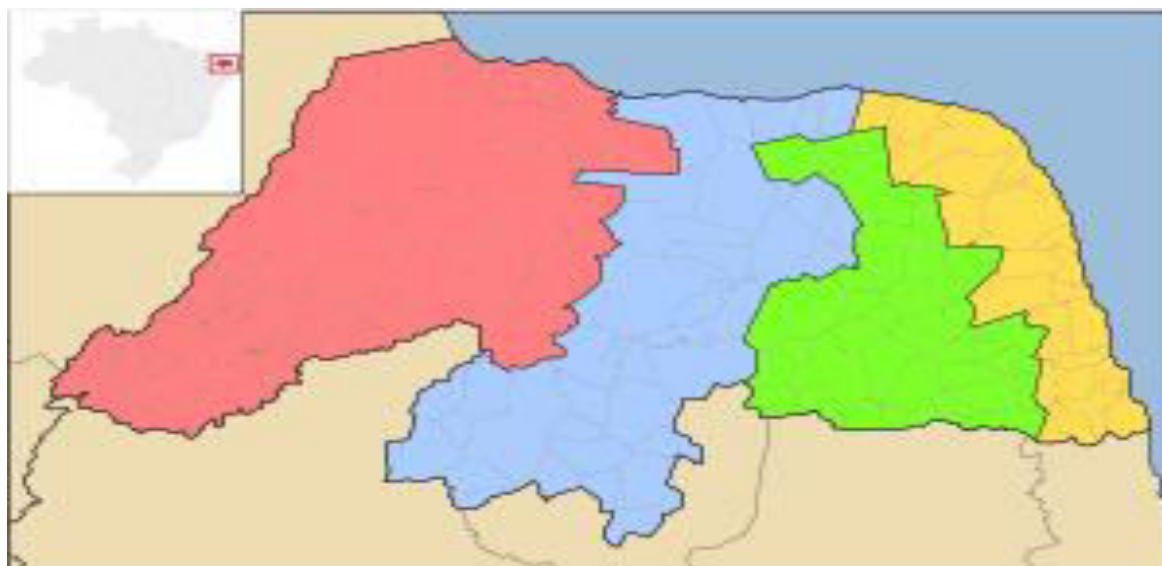
Fonte: IDEMA (2008)





Nota: PIB Setorial estimado com base nos percentuais de Valor Adicionado

A partir de meados dos anos 2000 um novo ciclo de expansão econômica e a reorientação das ações do Governo Federal trouxeram novas perspectivas para a ocorrência de algumas melhorias socioeconômicas no Alto Oeste e a reafirmação de algumas tendências já razoavelmente delineadas nas últimas décadas, como a acentuada participação do setor de serviços (**Quadro 02**).

A Divisão Territorial adotada oficialmente no RN divide o estado em quatro mesorregiões (**Figura 02**) e 19 microrregiões (**Figura 03**).

Figura 02 – Mesorregiões do RN



 Mesorregião do Oeste Potiguar.
  Mesorregião Central Potiguar
 Mesorregião do Agreste Potiguar.
  Mesorregião do Leste Potiguar

Fonte: Abreu (2011)

A mesorregião do Oeste Potiguar tem sete microrregiões e 62 municípios; a do Agreste Potiguar tem três microrregiões e 43 municípios; a Central Potiguar tem cinco microrregiões e 37 municípios e a Leste Potiguar tem quatro microrregiões e 25 municípios (IBGE, 2016).

Figura 03 – Microrregiões do RN



Fonte: Abreu (2012)

Vale destacar que o IBGE trabalha com duas divisões: as mesorregiões e as microrregiões. O Alto Oeste Potiguar ou a região do Alto Oeste Potiguar, formada pelos municípios das microrregiões de Pau dos Ferros (17 municípios), Umarizal (11 municípios) e São Miguel (09 municípios) totalizando 37 municípios pode ser considerada uma região de planejamento tendo sido utilizada pela Secretaria de Planejamento do RN quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste Potiguar (IICA, 2006). Essa regionalização tem sido utilizada também por pesquisadores de grupos de pesquisas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Pau dos Ferros⁷, tais como Dantas e Silva (2011); Bezerra (2013); e Dantas (2014).

Atualmente, a região é composta por 37 municípios (**Figura 03**): Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, Itaú, José da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Paraná, Pau dos Ferros⁸, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Rafael Godeiro, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Patu, Olho D'água do Borges, Venha-Ver, Água Nova, Coronel João Pessoa, João Dias, Umarizal e Viçosa, com área de 5.265,573 Km² (quase 10% da área do Estado) e população total de 242.006 habitantes (aproximadamente 7,6% da população estadual), dos quais 162.200 habitantes vivem na área urbana, o que corresponde a 67% e 79.806 pessoas vivem na área rural, o que corresponde a 23% do total

⁷ Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território (GEPECT) e Núcleo de Estudos em Geografia Agrária e Regional (NUGAR).

⁸ O centro sub-regional A de Pau dos Ferros-RN integra a rede de Fortaleza e a de Recife-PE (IBGE, 2008).

(Quadro 03). O Índice de Desenvolvimento Humano médio da região é de 0,607 (IBGE, 2010; IBGE, 2013; PNUD, 2013).

Quadro 03 – Evolução da Divisão Territorial da Região do Alto Oeste Potiguar (1872-2010)

CENSO	REGIÃO DO ALTO OESTE POTIGUAR			
	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		
		TOTAL	RURAL	URBANA
1872	03	38.806	-	-
1900	06	30.306	-	-
1920	06	51.517	-	-
1933	07	-	-	-
1940	07	85.894	76.027	9.867
1950	12	108.430	94.192	14.238
1960	34	143.222	114.772	28.450
1970	34	178.932	129.312	49.620
1980	37	210.762	129.044	81.718
1991	37	228.203	108.015	120.188
2000	37	234.971	92.376	142.595
2010	37	242.006	79.806	162.200

Fonte: IBGE (2013).

Em 1872 existiam apenas três municípios⁹ na região do Alto Oeste: Portalegre (1761), Martins (1841) e Pau dos Ferros (1856), com 38.806 habitantes, dos quais 2.416 eram escravos; em 1900 os municípios de Luís Gomes (1890) e São Miguel (1876) já tinham sido desmembrados de Pau dos Ferros e Patu (1890) de Martins e a população total do Alto Oeste tinha se reduzido para 30.306 habitantes, admitindo-se que a causa mais provável para a redução populacional tenha sido a grande seca de 1877.

Em 1920 a população atingiu 51.517 habitantes, mantendo-se o mesmo número de municípios; em 1933 o atual município de Alexandria (1930) já havia se desmembrado de Pau dos Ferros; em 1940 o Alto Oeste contava com 85.894 habitantes, sendo 76.027 moradores da zona rural; o município de Almino Afonso (1953) foi desmembrado de Patu, José da Penha (1958) desmembrado de Luís Gomes, Marcelino Vieira (1953) de Pau dos Ferros, Itaú (1953) de Apodi, Umarizal (1958) de Martins e, em 1950, o Alto Oeste atingiu a população de 108.430, com 94.192 residentes da zona rural; em 1960, atingiu a população de 143.222, com 114.772 residentes da zona rural.

No Censo de 1970 a população total da região do Alto Oeste chegou a 178.932, sendo 129.312 habitantes na zona rural; em 1980 a população chegou a 210.762 habitantes, com 129.044 residentes na zona rural; durante o período (1980-1991) o município de Venha Ver (1992) foi desmembrado de São Miguel, Major Sales (1992) de Luís Gomes, Serrinha dos Pintos (1993) de Martins e apenas no Censo de 1991 a população urbana superou a população rural no somatório dos municípios componentes da região do Alto Oeste. A população total de

⁹ A denominação utilizada era de Vila.

228.203, sendo 120.188 residentes na zona urbana e 108.015 habitantes na zona rural; em 2000 a população atingiu 234.971, sendo 142.595 na zona urbana; finalmente, em 2010, último recenseamento populacional realizado, tinha-se 242.006 habitantes.

A característica marcante das economias nos municípios potiguares com menos de 10 mil habitantes é a hipertrofia do setor de serviços, com destaque para a participação do setor público no PIB. Ademais, as sucessivas secas, a baixa produtividade histórica associada às práticas agropecuárias arcaicas adotadas, descapitalização dos agricultores familiares e a oferta crescente de alimentos produzidos pelo agronegócio chegando aos mais longínquos rincões têm cada vez mais responsabilidades pelas sucessivas quedas na produção destinada aos mercados locais e até para o autoconsumo.

Por fim, a ausência de indústrias quase que total, existindo apenas algumas atividades extrativistas e outras praticamente artesanais, completa o quadro das economias dos municípios do Alto Oeste.

Quadro 04 – Produto Interno Bruto Municipal e per capita – Região do Alto Oeste – Rio Grande do Norte – 2008

Municípios	PIB a preços correntes R\$ (milhões)	PIB <i>per capita</i>
Agua Nova	12.206	4.167
Alexandria	55.400	3.922
Almino Afonso	20.621	4.054
Antônio Martins	28.511	3.957
Coronel Joao Pessoa	18.592	3.741
Doutor Severiano	24.308	3.675
Encanto	21.761	4.094
Francisco Dantas	13.956	4.635
Fruitoso Gomes	19.035	4.247
Joao Dias	11.875	4.233
José da Penha	25.985	4.220
Lucrécia	15.193	4.314
Luís Gomes	35.410	3.520
Major Sales	15.344	4.297
Marcelino Vieira	34.432	4.128
Martins	29.901	3.589
Paraná	16.369	4.088
Pau dos Ferros	161.316	5.856
Pilões	15.580	4.467
Portalegre	25.602	3.628
Rafael Fernandes	20.861	4.392
Riacho da Cruz	12.958	4.152
Riacho de Santana	18.544	4.196
São Francisco do Oeste	17.406	4.605
São Miguel	85.779	3.683
Serrinha dos Pintos	17.105	3.811

Taboleiro Grande	11.448	4.874
Tenente Ananias	35.879	3.741
Venha-Ver	15.104	4.199
Viçosa	8.935	4.893
Itaú	23.147	3.899
Rafael Godeiro	14.970	4.640
Rodolfo Fernandes	18.869	4.011
Severiano Melo	25.660	4.480
Patu	45.135	3.880
Olho D'água do Borges	17.319	3.790
Umarizal	49.750	4.548

Fonte: IDEMA (2008).

O PIB total da região em 2008 alcançou R\$ 1.040.266.000,00, aproximadamente 4% do PIB estadual, com PIB médio municipal de R\$ 28.115.000,00 graças aos desempenhos de Pau dos Ferros, São Miguel, Alexandria, Patu e Umarizal que respondem, aproximadamente, por 40% do PIB da região (R\$ 397.380.000,00 – somatório dos cinco municípios) e o polo sub-regional, Pau dos Ferros, por 16% da economia regional. Além dos cinco centros apenas os municípios de Marcelino Vieira, Luís Gomes, Martins e Tenente Ananias superaram o PIB médio de R\$ 28 milhões. O PIB dos 32 municípios (R\$ 642.886.000,00) resulta num PIB médio de R\$ 20.090.187,50.

O PIB *per capita* do estado foi de R\$ 8.203,00 (**Quadro 02**) e todos os municípios da região apresentaram desempenho bem abaixo do montante de referência, com 20 municípios alcançando um pouco mais de 50% do PIB *per capita* estadual (R\$ 4.101,50). Quando se considera o PIB *per capita* médio para os municípios da região (R\$ 4.179,00) se alcança um montante um pouco superior à metade do montante estadual (**Quadro 04**).

Diga-se que o total de habitantes e os dados do PIB não são os únicos elementos indicativos para as diferenças entre os municípios, conforme se depreende das características consideradas pelo IBGE para definição dos *status* das cidades, mas são dados indispensáveis para a compreensão dos papéis que desempenham na Rede Urbana.

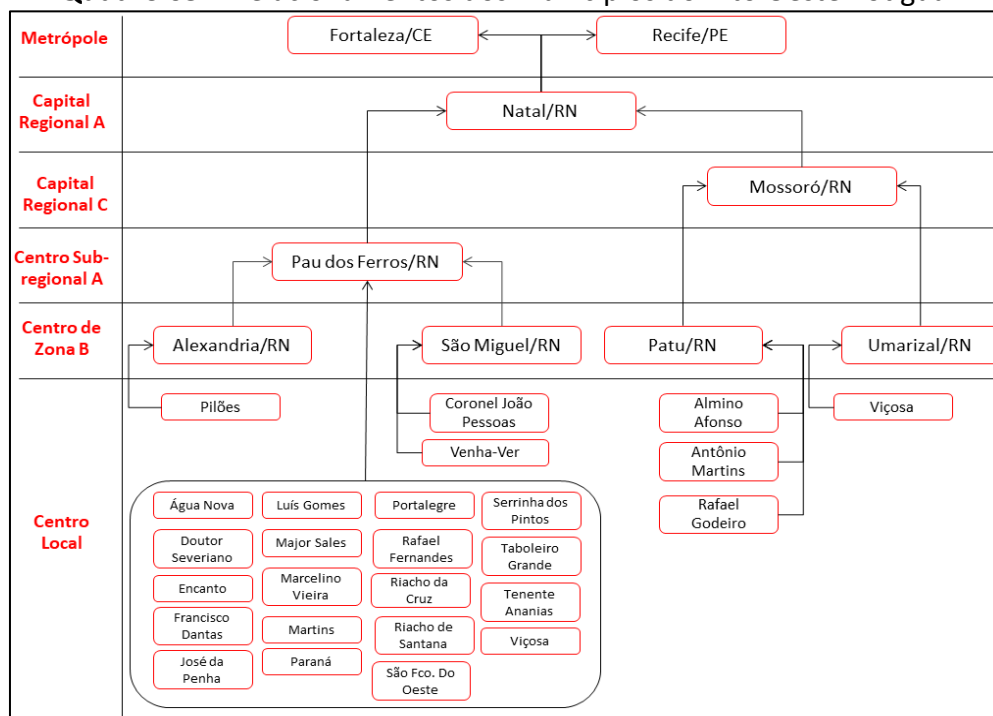
HIERARQUIA URBANA E ISDM NA REGIÃO DO ALTO OESTE POTIGUAR

É bem ilustrativo que o crescimento comercial de Pau dos Ferros, desde o início do povoado, tenha desencadeado papel relevante para que os moradores se dispusessem a buscar a emancipação política e administrativa da sede portalegrense. A vocação para empório comercial regional se apresentou desde muito cedo.

Pau dos Ferros, ao longo do tempo, consolidou-se como o polo regional (centro sub-regional A, conforme o IBGE), um centro intermediário¹⁰ para os pequenos núcleos populacionais que se espalhavam pela região e à medida que se consolidava, de maneira crescente, articulava-se com os núcleos populacionais mais próximos da fronteira dos atuais estados do Ceará e Paraíba. A localização geográfica se constituiu num diferencial estratégico que permitiu ao pequeno povoado crescer significativamente em relação ao seu entorno. Além de Pau dos Ferros alguns poucos municípios do Alto Oeste apresentaram certa diferenciação em relação aos demais, tais como: São Miguel, Alexandria, Umarizal e Patu.

Pau dos Ferros é considerado, pelo IBGE, centro sub-regional A e mantém relacionamentos com os centros de zona B (Alexandria e São Miguel) e com 19 municípios da região do Alto Oeste. O município de Pilões se relaciona com Alexandria e os municípios de Coronel João Pessoa e Venha-Ver se relacionam com São Miguel. Os municípios de Almino Afonso, Rafael Godeiro e Antônio Martins se relacionam com Patu (centro de zona B) que, por sua vez, relaciona-se com Mossoró, Frutuoso Gomes, Itaú, Martins e Olho D’água do Borges diretamente com Mossoró, Lucrécia diretamente com Natal, Rodolfo Fernandes e Severiano Melo com Apodi que, por sua vez, relaciona-se com Mossoró, o município de Viçosa se relaciona diretamente com Pau dos Ferros e com Umarizal (centro de zona B) e João Dias com Catolé do Rocha (PB) (**Quadro 05 e Figura 06**) (IBGE, 2008).

Quadro 05 – Relacionamentos dos municípios do Alto Oeste Potiguar



Fonte: IBGE (2008).

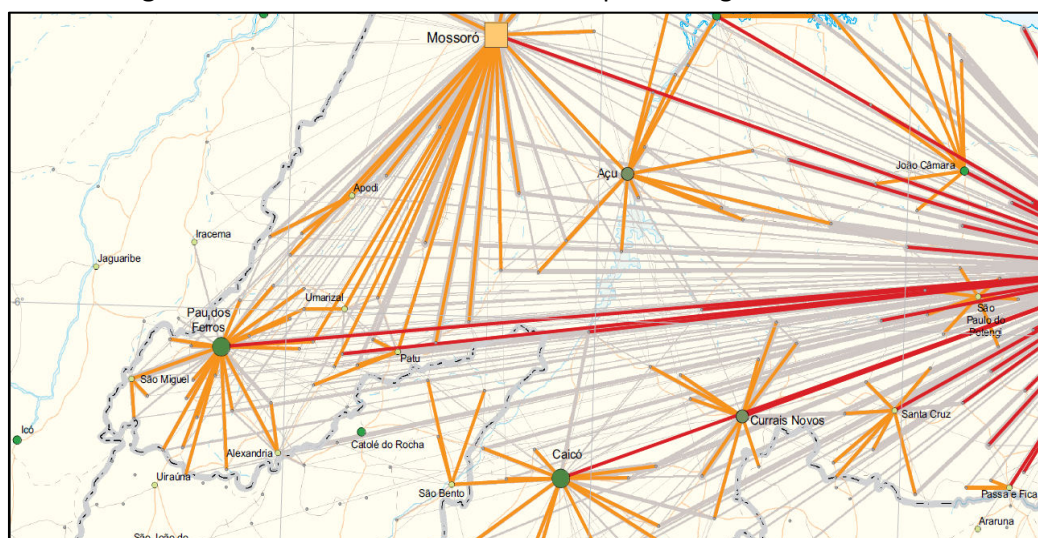
¹⁰ Dantas (2014) analisa a atuação regional de Pau dos Ferros-RN no que denomina de “rede urbana nordestina interiorizada”, enfatizando o papel de cidade intermediária que desempenha no “desenvolvimento regional”.

As cidades receptoras de investimentos privados e que concentram órgãos públicos exercem influência sobre o entorno (hierarquia), funcionando como “polos” na rede a partir da oferta de serviços públicos e pela concentração de empresas, atividades comerciais e serviços privados, mas também podem manter relações de complementaridade com o entorno, especialmente nas circunstâncias em que não é viável economicamente a estruturação de atividades públicas e privadas para atendimento de exígua população (IBGE, 2008).

A área de influência de Pau dos Ferros apresenta uma “estrutura clássica¹¹”, em que o centro sub-regional A exerce influência no entorno (municípios da região do Alto Oeste) através dos fluxos materiais (pessoas e mercadorias).

A seguir (**Figura 06**) tem-se o recorte do mapa¹² da área de influência de Natal com aproximação (zoom) da região do Alto Oeste. As linhas vermelhas indicam vínculo direto ao centro principal (Pau dos Ferros e Lucrécia). As linhas amarelas indicam os vínculos aos centros secundários e em cinza¹³ todas as ligações relativas aos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços (quanto mais espessa for a linha maior é a intensidade da ligação).

Figura 06 – Relacionamentos dos municípios da região do Alto Oeste



Fonte: IBGE (2008)

¹¹ “[...] a rede urbana divide-se entre uma arquitetura clássica desenhada pelos fluxos materiais – muitas vezes limitada aos níveis hierárquicos mais elementares para parcela significativa da população (CORRÊA, 1996) – e os pontos inseridos nas redes globais, mais dinâmicos economicamente” (citado por IBGE, 2008, p.9).

¹² “[No] mapa, Região de Influência, destaca-se a estrutura da rede, indicando conexões diretas ao centro principal e conexões mediadas por um centro secundário. No mesmo mapa está representada a hierarquia dos centros pertencentes a rede e daqueles a ela adjacentes” (IBGE, 2008, p.85).

¹³ “Além disto, estão apresentadas, em cinza, todas as ligações dos centros - acima do nível local – relativas à busca por bens e serviços, informadas no questionário da pesquisa. A presença de uma ligação indica que o centro foi apontado como opção (de primeira, segunda, terceira ou quarta ordem) para algum(s) dos itens pesquisados” (IBGE, 2008, p.85).

Os relacionamentos mantidos por Pau dos Ferros com 19 cidades da região do Alto Oeste (linhas amarelas) ilustram o maior dinamismo alcançado pelo polo sub-regional e a posição na Rede também se materializa nos indicadores socioeconômicos diferenciados em relação ao entorno, conforme se constata pelo PIB Municipal e PIB *per capita* (**Quadro 04**) e também pelo ISDM mais elevado da região (**Quadro 06**).

Os centros de zona B, Alexandria e São Miguel, apresentaram posição diferenciada em relação aos demais municípios da região quando se considera o PIB Municipal e PIB *per capita* (**Quadro 04**), mas não se confirmou com o ISDM. O ISDM médio da região foi de 3,58 e dois centros de zona B obtiveram resultados abaixo da média, sendo que Alexandria (3,48) alcançou um desempenho mais modesto do que o município de Pilões (3,53), enquanto São Miguel (3,32) obteve desempenho mais satisfatório que Coronel João Pessoa (2,94) e Venha-Ver (2,48) (**Quadro 06**).

Os dois outros centros de zona B do Alto Oeste (Patu e Umarizal) não mantinham relacionamentos mais intensos com o polo sub regional A (Pau dos Ferros) da região. Patu (3,78) superou Almino Afonso (3,52), Rafael Godeiro (3,47) e Antônio Martins (3,06) e Umarizal (3,66) foi superado por Viçosa (4,40). Almino Afonso, Antônio Martins, Rafael Godeiro (relacionamento com Patu que, por sua vez, relaciona-se com Mossoró) apresentaram, respectivamente, ISDM de 3,52, 3,06 e 3,47, portanto abaixo da média da região. A dimensão com desempenho mais satisfatório em Almino Afonso foi a Renda (3,91), em Antônio Martins foi a Habitação (3,67) e em Rafael Godeiro foi Educação (4,91) (**Quadro 06**).

O ISDM-H médio da região foi de 3,96, com Pau dos Ferros (4,69), Alexandria (4,25) e Umarizal (3,98) alcançando desempenhos acima da média e Patu (3,82) e São Miguel (3,60) abaixo. Destaque-se que os municípios de Viçosa (5,44) e Lucrecia (5,35) apresentaram desempenho acima do polo sub-regional (**Quadro 06**).

O ISDM-R médio da região foi de 3,66, com Pau dos Ferros (4,91), Patu (4,04) e Umarizal (3,97) alcançando desempenho acima da média e Alexandria (3,53) e São Miguel (3,59) abaixo (**Quadro 06**).

O ISDM-T médio da região foi de 3,39, com Pau dos Ferros (4,51), Patu (3,88) e Umarizal (3,69) alcançando desempenho acima da média e Alexandria (2,80) e São Miguel (2,67) abaixo. Destaque-se que o município de Rafael Fernandes (4,72) apresentou desempenho acima do polo sub-regional (**Quadro 06**).

O ISDM-S médio da região foi de 4,47, com Patu (6,18), Pau dos Ferros (5,35) e São Miguel (4,78) alcançando desempenhos acima da média e Alexandria (4,43) e Umarizal (2,52) com desempenhos abaixo da média. Destaque-se que os municípios de Encanto (8,76),

Martins (8,36), Riacho da Cruz (6,78), Taboleiro Grande (6,43) e Venha-Ver (5,47) apresentaram desempenhos acima do polo sub-regional (**Quadro 06**).

O ISDM-E médio da região foi de 3,32, com Pau dos Ferros (3,75), Umarizal (3,58) e São Miguel (3,36) alcançando desempenhos acima da média e Alexandria (3,08) e Patu (2,74) abaixo. Destaque-se que os municípios de Rafael Godeiro (4,91), Itaú (4,72), Lucrécia (4,54), Água Nova (4,51), Doutor Severiano (4,26), Martins (4,19), Viçosa (4,17), Encanto (4,16), Riacho da Cruz (4,03), Portalegre (3,88) apresentaram desempenhos acima do polo sub-regional e Luís Gomes (3,75) desempenho idêntico (**Quadro 06**).

Frutuoso Gomes se relaciona diretamente com Mossoró (capital regional C), com ISDM de 3,10 e com destaque para a dimensão de Habitação (3,90), observando-se que o relacionamento com um centro regional mais dinâmico não se traduziu em melhores resultados nos indicadores do município. Lucrécia mantém relacionamento diretamente com Natal (capital regional A), apresentando ISDM de 4,32, com destaque para a dimensão de Habitação (5,35) (**Quadro 06**).

Os municípios de Rodolfo Fernandes (3,57) e Severiano Melo (3,46) se relacionaram com Apodi (centro de zona B), apresentando resultados abaixo da média regional (3,58), com destaques, respectivamente, para a dimensão de Saúde e Segurança (5,12) e (4,49) e, por fim, tem-se João Dias que se relaciona com Catolé do Rocha (PB), apresentando o ISDM de 2,37 (o mais baixo da região), com destaque para a dimensão Trabalho (4,39) e o pior índice da região para a dimensão Educação (0,84) (**Quadro 06**).

Quadro 06 – ISDM – Municípios da Região do Alto Oeste (2010)

Município	ISDM	H	R	T	S	E
Água Nova	3,44	4,26	3,35	2,29	3,00	4,51
Alexandria	3,48	4,25	3,53	2,80	4,43	3,08
Almino Afonso	3,52	3,66	3,91	3,43	3,85	3,26
Antônio Martins	3,06	3,67	3,20	3,56	2,56	2,30
Coronel João Pessoa	2,94	3,49	3,31	2,79	2,27	2,77
Doutor Severiano	2,92	3,68	3,51	0,53	2,77	4,26
Encanto	4,04	3,67	4,21	3,15	8,76	4,16
Francisco Dantas	3,59	3,60	3,94	4,10	4,58	2,66
Frutuoso Gomes	3,10	3,90	3,74	3,22	1,41	3,23
João Dias	2,37	3,48	1,88	4,39	1,45	0,84
José da Penha	3,60	3,99	4,09	2,84	4,49	3,11
Lucrécia	4,32	5,35	3,73	3,65	4,69	4,54
Luís Gomes	3,23	3,63	2,93	3,34	4,15	3,75
Major Sales	3,60	4,25	3,77	2,56	4,14	3,72
Marcelino Vieira	3,31	3,78	3,44	3,56	3,45	2,78
Martins	4,08	3,74	3,84	4,06	8,36	4,19
Paraná	3,02	3,95	3,01	3,43	4,23	1,30
Pau dos Ferros	4,69	4,95	4,91	4,51	5,35	3,75

Pilões	3,53	4,12	3,52	4,05	3,51	2,61
Portalegre	3,36	3,24	3,65	3,86	2,43	3,88
Rafael Fernandes	4,14	4,00	4,38	4,72	5,34	3,22
Riacho da Cruz	3,97	4,89	3,45	2,78	6,78	4,03
Riacho de Santana	3,40	3,74	3,15	3,54	5,22	3,34
São Francisco do Oeste	4,01	4,14	4,56	4,01	2,78	3,62
São Miguel	3,32	3,60	3,59	2,67	4,78	3,36
Serrinha dos Pintos	3,60	3,98	3,43	3,48	5,06	3,67
Taboleiro Grande	3,85	3,76	3,88	4,05	6,43	3,38
Tenente Ananias	3,52	3,99	4,13	2,90	2,84	3,12
Venha-Ver	2,48	2,99	2,56	2,67	5,47	1,33
Viçosa	4,40	5,44	3,70	4,10	5,15	4,17
Itaú	4,03	4,41	4,18	3,64	2,42	4,72
Rafael Godeiro	3,47	3,47	3,92	2,59	2,57	4,91
Rodolfo Fernandes	3,57	4,21	3,75	3,08	5,12	2,62
Severiano Melo	3,46	3,75	3,41	3,45	4,49	3,54
Patu	3,78	3,82	4,04	3,88	6,18	2,74
Olho D'água do Borges	3,57	3,71	3,98	4,08	3,30	2,75
Umarizal	3,66	3,98	3,97	3,69	2,52	3,58

Fonte: SOUZA (2012).

Na composição geral dos indicadores do ISDM os piores desempenhos foram das dimensões de Educação (3,32) e Trabalho (3,39), ressaltando-se que quanto mais perto de zero pior é a situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O posicionamento das cidades integrantes da região do Alto Oeste Potiguar nas redes urbanas de Fortaleza/CE e Recife/PE já denota a condição periférica que desempenha na hierarquia. O mais acentuado dinamismo de Pau dos Ferros, evidenciado pelos relacionamentos que mantinha, conforme demonstrado no estudo “Regiões de Influência das Cidades” (2008) não se traduziu num crescimento populacional muito significativo (ainda não atingiu 30 mil habitantes), nem significou uma redução consistente do hiato existente entre a renda *per capita* média do centro sub-regional A (Pau dos Ferros), com R\$ 5.856,00 e a do estado de R\$ 8.203,00. Ademais, o PIB total da região em 2008 foi de aproximadamente 4% do PIB estadual, destacando-se os desempenhos de Pau dos Ferros, São Miguel, Alexandria, Patu e Umarizal que responderam por quase 40% do PIB da região, sendo Pau dos Ferros responsável por 16% da economia do Alto Oeste.

No aspecto econômico, considerando-se o histórico de empório comercial e polo de serviços, principalmente oferecidos pelo Poder Público, sugere-se que o dinamismo constatado pelo REGIC (2008) e que apontou para algumas possibilidades de crescimento econômico para Pau dos Ferros se compatibilizou com o papel que os polos de influência com “estrutura clássica” desempenham.

Ademais, a preponderância do setor de serviços, especialmente pelo protagonismo do setor público, não representa um estágio de amadurecimento, ao contrário, é o sinal mais loquaz da fragilidade estrutural da economia da região do Alto Oeste e o diferencial econômico em favor do polo sub-regional é a reafirmação da eficácia capitalista em organizar os espaços para reduzir o ciclo do capital. O principal papel econômico desempenhado por Pau dos Ferros é o de reunir mais rapidamente os recursos transferidos pelo Poder Público para a região e enviá-los para o Centro e por causa disso se estabeleceram relações mais complexas e o efeito polarizador se exacerbou na área de influência sub-regional, mas sem força para promoção de alterações estruturais na economia¹⁴.

O ISDM regional médio de 3,58, com as cinco dimensões apresentando médias menores que 05 (cinco), sendo a dimensão da Educação com a menor média (3,32) não apontaram avanços significativos, embora alguns índices de uma ou outra dimensão em poucos municípios integrantes do Alto Oeste tenham apresentado desempenho satisfatório no período. A existência de alguns dados alvissareiros sugere que é possível para os diferentes municípios executarem estratégias para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Compatibilizando-se com o estudo de Batella e Diniz (2006) que concluíram que categorias intermediárias de cidades mineiras apresentaram IDH-M superior, também Pau dos Ferros (centro sub-regional A) apresentou ISDM superior aos demais municípios da região do Alto Oeste Potiguar.

Num sentido estrito o poder de dominação exercido a partir do Centro não impede que avanços ocorram nas áreas mais afastadas e nas circunstâncias mais improváveis, principalmente porque a irrelevância econômica não desperta a atenção e nem requer o controle direto do grande capital e assim a autonomia aparente das coletividades urbanas diante das oportunidades para realização de suas potencialidades é a contra face facilitadora do controle exercido pelo capital em sua inexorável jornada monopolizadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. L. de (2011). Mapa do Rio Grande do Norte destacando as mesorregiões do estado em cores diferentes. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoNorte_Mesoregions.svg>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ABREU, R. L. de (2012). Mapa do Rio Grande do Norte destacando as microrregiões do estado em cores diferentes. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Microrregi%C3%B5es_do_Rio_Grande_do_Norte.svg>. Acesso em: 20 fev. 2018.

¹⁴ Evidentemente que não se descarta a ocorrência de mudanças quantitativas. A proeminência do setor de serviços e a relevância do papel desempenhado pelas transferências de recursos públicos corroboram a análise.

BRASIL, GTDN (1967). Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. (Recife, SUDENE).

BEZERRA, J. A (2013). Urbanização regional: as cidades de Mossoró e Pau dos Ferros no Oeste Potiguar. In: ALBANO, G. P; FERREIRA, L. da S; ALVES, A. de M. Capítulos de geografia do Rio Grande do Norte. Natal-RN: Fundação José Augusto.

CLEMENTINO, M. L. M; DANTAS, J. R. Q (2014). A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/Campus de Pau dos Ferros (RN). Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 227 a 236.

CLEMENTINO, M. do L. M (1995). Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal-RN: UFRN-CCHLA.

DANTAS, J. R. Q (2014). As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). Tese de Doutorado. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DANTAS, J. R. Q.; SILVA, F. S. B. A (2011). (Re)organização sócio-espacial no Rio Grande do Norte e suas implicações para o Alto Oeste: particularidades sobre Pau dos Ferros. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, n. 24, ano XIII, p 35-44.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2013. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=240940&search=rio-grande-do-norte%7Cpau-dos-ferros%7Cinphographics:-history&lang=>>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **Sinopse do Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <ftp://ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Sinopse/Agregados_por_Setores_Censitarios>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia. **Regiões de influência das cidades**, 2007. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). Rio Grande do Norte: Produto Interno Bruto do Estado e dos Municípios (2002-2008), 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Caracterização do Território Alto Oeste – RN. **Sistema de Informações Territoriais**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=2407302>>. Acesso em: 26 out. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>, Acesso em: 24 nov. 2018.

PORTAL DA CIDADANIA. **Territórios da cidadania**. Governo Federal, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/ADM/Downloads/Territorio_da_Cidadania_-_Documento_oficial.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

SOUZA, A. P. de (Coord.) (2012). Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM. Sumário Executivo. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo. Centro de Microeconomia Aplicada – C-Micro/ Fundação Getúlio Vargas (FGV).